



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA /
Escola Nacional de Socioeducação - ENS

BRUNA RAFAELA RODRIGUES MARTINS

**DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR E O PROCESSO DE
SUBJETIVAÇÃO DA CRIANÇA**

BRASÍLIA

2022



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR E O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DA CRIANÇA

Bruna Rafaela Rodrigues Martins

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e a Escola Nacional de Socioeducação/Escola Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento.

BRASÍLIA

2022

Bruna Rafaela Rodrigues Martins

**DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR E O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO
DA CRIANÇA**

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fatima Ali Abdalah Abdel
Cader-Nascimento.

APROVADO EM: 28 de fevereiro de 2022.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento. (Orientadora)
Professora colaboradora da Faculdade de Educação da Universidade de
Brasília – FE/UnB

Prof. Dr. Fernando Bomfim Mariana. (Avaliador)
Professor associado da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília –
FE/UnB

Ficha catalográfica elaborada
automaticamente, com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a)

Rodrigues Martins, Bruna Rafaela

RM386d Destituição do Poder Familiar e o Processo de Subjetivação da
Criança / Bruna Rafaela Rodrigues Martins; orientadora Profa.
Dra. Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento. -- Brasília,
2022.

33 p.

Monografia (Especialização - Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. . I. Cader-Nascimento, Fatima Ali Abdalah Abdel,
orient. II. Título.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. METODOLOGIA	15
3. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	19
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
5. REFERÊNCIAS	35
6. APÊNDICE	38

Resumo: A escuta de crianças e adolescentes que se encontram em Medida de Proteção no Serviço de Acolhimento Institucional é um importante recurso para auxiliar na elaboração das vivências sofridas que antecederam a institucionalização e na preparação da mesma lidar com os acontecimentos e decisões sobre o retorno, ou não, à família de origem. Por meio da interlocução entre a teoria psicanalítica, a legislação que regulamenta a proteção na infância e a Política Pública da Assistência Social, objetivamos produzir um diálogo através de recortes sobre possibilidades de intervenções no ambiente institucional, a partir de um estudo de caso de destituição do poder familiar de como se dá o processo de subjetivação da criança nesta vivência. Nossos achados evidenciam a importância da escuta, que possibilita colocar a criança como protagonista de sua história ao fazer suas narrativas e vislumbrar novas perspectivas de futuro.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional, criança, escuta, subjetivação.

Abstract: Listening to children and adolescents who are in a Protection Measure in the Institutional Care is an important resource to help in the elaboration of the experiences suffered that preceded the institutionalization and in the preparation of the same to deal with the events and decisions about the return, or not, to the family of origin. Through the dialogue between psychoanalytic theory, the legislation that regulates protection in childhood, and the Public Policy of Social Assistance, we produce dialogue through clippings about possibilities of interventions in the institutional environment, from a case study of destitution of power family of how the process of subjectivation of the child takes place in this experience. Our findings show the importance of listening, which makes it possible to place the child as the protagonist of their story when making their narratives and envisioning new perspectives for the future.

Keywords: Institutional Care of children, child, listen, subjectivation.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como finalidade cumprir com a exigência acadêmica final para obtenção do certificado do curso de pós graduação em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente, aliada a intenção desta autora em apresentar as sistematizações iniciais dessa temática que compõe seu campo de interesse teórico-prático desde o ano de 2014, quando passou a atuar como psicóloga em um Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes em um município do estado do Rio Grande do Sul.

O enfoque no estudo e pesquisa da escuta da criança que está em medida de proteção no serviço de acolhimento institucional iniciou a partir das experiências profissionais aliadas à observação empírica acerca dos efeitos da escuta da criança no cotidiano institucional, da sua ausência e as consequências dos processos da subjetivação destas vivências ao longo do curso do desenvolvimento infantojuvenil. A escuta de crianças e adolescentes acolhidos é um recurso importante durante o período de acolhimento e, cabe tanto aos profissionais da equipe técnica, como psicóloga e assistente social quanto equipe de educadores sociais, realizá-la com o acolhido, de acordo com sua profissão e função.

A escuta que tomaremos como objeto de nosso interesse nesta pesquisa se difere daquela regulamentada pela Lei 13.431 de 2017, conhecida como Lei da Escuta Especializada. Queremos dizer que enquanto a Escuta Especializada, segundo a lei consiste em um procedimento realizado por órgãos de proteção através de entrevista com a criança e/ou adolescente vítima de violência, como forma de se evitar sua revitimização ao narrar situações vividas. Iremos trabalhar com uma escuta cotidiana e espontânea da criança e do adolescente em situação de acolhimento institucional.

As crianças/adolescentes acolhidas podem já ter passado pela Escuta Especializada antes de ingressar no SAI, entretanto, a escuta realizada no ambiente institucional, escopo de nosso interesse, é aquela que pode ser realizada de forma espontânea no cotidiano do acolhimento institucional, que oportuniza ao acolhido ressignificar vivências marcadas pelas mais diversas violações de direitos e culmina no rompimento da convivência familiar e comunitária. Esta prática pode ser realizada pela equipe técnica do local, como

Assistente Social e Psicóloga através de seus instrumentos profissionais e com objetivos específicos. Entre os objetivos podemos citar: levantamento de informações sobre os participantes da pesquisa, conhecer a história da criança através de aspectos subjetivos, emocionais e familiares, compreender as consequências das violações de direitos vividas, entre outros. Mas, também, pode e deve, ser realizada pela equipe de profissionais, educadores sociais, cozinheiras, auxiliares de serviços gerais, que são profissionais que, diferente da equipe técnica, estão no convívio diário com as crianças e adolescentes acolhidos, realizam atividades cotidianas e, estes momentos costumam constituir um rico material de trabalho para elaboração e ressignificação de vivências pregressas, descobertas de outras possibilidades de viver com direitos garantidos.

Neste sentido, destaca-se a contribuição de Elage *et. al.* (2011) quando apontam que todos os trabalhadores do serviço de acolhimento são educadores pois, ao desempenharem suas funções no cotidiano do local, estão envolvidos com as crianças e adolescentes que naquele espaço residem e com as particularidades das experiências do acolhido.

Através da aproximação, pode haver o estabelecimento e fortalecimento do vínculo afetivo, que oportunizará a ressignificação das experiências anteriores. Sobre a importância do estabelecimento do vínculo, Cerqueira e Rizzini (2020, p.9) apontam em sua pesquisa junto a um SAI na região sudeste do país que, “quando o local é acolhedor consegue oferecer o suporte e segurança necessários para uma reestruturação psíquica e afetiva após a perda da família de origem, construindo com o acolhido uma relação de confiança”.

A escuta realizada pela pesquisadora, na posição de psicóloga do SAI, orientada pela Psicanálise, busca oportunizar uma escuta do que o pequeno sujeito traz de singular em seu discurso, a partir de suas vivências e subjetividade através das experiências vividas. No contexto institucional, é importante que a prática profissional esteja atenta a não massificar os acolhidos, suas vivências e demandas, oportunizando uma escuta que possibilite emergir o que há de singular em cada um.

Em relação ao trabalho do SUAS, pode-se inferir que o acolhimento institucional é uma medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do

Adolescente (BRASIL, 1990, Art. 101) como forma garantir proteção integral àqueles que tiveram seus direitos violados. Situada na política da Assistência Social, o SAI é um serviço de proteção social especial de alta complexidade que oferece cuidado integral em caráter provisório a crianças e adolescentes, de zero até 17 anos incompletos.

O público alvo são crianças e adolescentes que tiveram seus vínculos rompidos com a família, decorrente de direitos fundamentais violados ou mesmo quando a família se encontra impossibilitada de realizar os cuidados necessários, seja por motivos de adoecimento, falecimento, dificuldade em exercer cuidados adequados à criança/adolescente ou, mesmo, quando oferece algum tipo de risco a integridade deles.

Realizar a proteção integral no Serviço de Acolhimento Institucional - SAI é um trabalho que envolve muitos desafios. Lidar com crianças e adolescentes que tiveram seus vínculos rompidos com a família de origem e passaram por situações de violação de direitos, exige bastante disponibilidade interna de quem realiza estes cuidados.

A institucionalização representa uma marca dolorosa em quem a vivencia, fazendo com que convivam com experiências muito dramáticas, conforme evidencia os estudos de Arpini (2003). Logo, é importante que os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes nestas situações possuam o devido preparo pois, “a dificuldade para compreender essa realidade pode provocar desgaste emocional e interferir no atendimento a este público” (PENNA, CARINHANHA E LEITE, 2009). A interferência no atendimento decorre do fato de que o acolhido geralmente não possui recursos internos para processar todas as experiências vivenciadas, bem como, estar nesta situação remete à sentimentos intensos como medo, raiva, tristeza, entre outros.

Frequentemente, a criança que ingressa no SAI através de uma medida de proteção, já vivenciou diversas violações de direito, sendo vítima de diversas formas de violência. A violência é compreendida como

“[...] o uso intencional da força ou poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (KRUG et al., 2002 apud BRASIL, 2010).

Logo, a violência pode ser considerada uma ameaça ao direito à vida, já que quando ocorre, coloca quem a sofre em risco. Em se tratando de crianças e adolescentes, o artigo 5º do ECA estipula como direito fundamental o desenvolvimento longe de qualquer forma de negligência, violência e opressão, sendo complementada pela Lei nº13.010 (BRASIL,2014), que estabelece o direito à criança e ao adolescente de viver, de serem cuidados e educados sem uso de castigos ou qualquer outra forma de violência.

Portanto, a institucionalização é um recurso de caráter protetivo, mas que promove efeitos no comportamento e na subjetividade da criança. Outra situação que pode intensificar sentimentos de confusão na criança acolhida se refere a sua participação efetiva na tomada de decisões sobre o próprio destino. Embora os documentos norteadores do SAI orientem para práticas de cuidado e proteção, percebe-se que nem sempre estes espaços oportunizam momentos para trabalhar com os acolhidos suas histórias de vida e os sentimentos decorrentes destas vivências.

Bernardi (2010) aponta que nem sempre crianças e adolescentes são comunicados sobre as decisões e modificações em suas vidas e ainda que, quanto menor sua idade, menos chances de ter acesso às informações sua situação ela possui. Os efeitos do desconhecimento dos rumos da própria existência podem fazer com que crianças e adolescentes vivam de forma potencializada os sentimentos decorrentes das incertezas e angústias. Aliado a isso, agrega-se o fato de não possuírem oportunidades de elaborar seu passado e construir perspectivas para o futuro.

Assim, o ingresso no SAI pressupõe que houve pelo menos um tipo de violência ou violação de direito ocorrido com as crianças e adolescentes que necessitam deste tipo de proteção. Nossa experiência empírica aponta que não raro ocorrem violências multifacetadas e de forma precoce na vida da vítima que se encontra acolhida. Violências presentes durante a primeira infância e, por vezes até na vida intrauterina, como nos casos em que a gestante realiza uso de SPA¹ durante a gestação, podem provocar diversas consequências, danos, que muitas vezes podem não ser evidenciadas de imediato, mas que ao longo do desenvolvimento podem comprometer aquisições, aprendizagens e habilidades

¹ SPA – Substância Psico Ativa.

do pequeno sujeito. O material de orientação básica intitulado: “Linha de cuidado para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência: Orientação para Gestores e Profissionais da Saúde” (BRASIL, 2010) contribui em nossa discussão ao considerar

[...] a infância é a fase de absorção de valores básicos, na forma de conceitos morais e éticos que determinarão a formação e a estruturação da personalidade. A violência contra criança e ao adolescente, quando não reconhecida nem tratada, deixa marcas e imprime valores distorcidos. Seus danos poderão influenciar as reações, os impulsos e as escolhas para o resto da vida, e se perpetuar pela reprodução da violência na relação com as gerações futuras (p. 36).

Destarte, saber identificar os sinais de violência e seus efeitos, tanto físicos quanto emocionais, é imprescindível na realização do melhor encaminhamento e da escuta a ser realizada.

Aporte psicanalítico sobre o desenvolvimento infantil

A psicanálise sempre buscou compreender o processo de subjetivação na infância. Freud em seus textos “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (1905), “Análise da Fobia de um garoto de cinco anos” (O Pequeno Hans, 1909), e “Além do Princípio do Prazer”, (1920) apresentou importantes contribuições sobre o desenvolvimento psicosssexual ao enfatizar o processo de subjetivação decorrente da relação com as figuras objetais e as experiências ocorridas em fases iniciais do desenvolvimento infantil. O resultado das vivências iniciais deixa marcas mnêmicas que são recalçadas, mas permanecem produzindo efeitos psíquicos (ZAVARONI, VIANA e CELES, 2007).

No texto freudiano “Três Ensaios sobre a teoria da Sexualidade” (1905/2016), o autor descreve sobre as etapas do que nomeou como desenvolvimento psicosssexual, um processo caracterizado por fases vinculadas com a idade da criança atrelado ao momento em que a energia da libido está voltada para o autoerotismo.

É importante ressaltar que a sexualidade infantil se refere a situações que promovem prazer e, conseqüentemente, reduzem a ansiedade. Dessa forma, o termo sexualidade é distinto de genitalidade, esta por sua vez envolve o ato de

penetração em si. As fases descritas por Freud são as seguintes: Oral – momento em que o bebê realiza atividades de sucção e sente prazer ao ingerir ou colocar algo na boca; Anal – fase em que prepondera o interesse da criança na retenção e expulsão das fezes, evidenciando o controle da musculatura esfinteriana; Fálica – processo em que a criança percebe as diferenças sexuais e ocorre o Complexo de Édipo², seguida de um período de latência. Na fase da latência os desejos e fantasias sexuais são reprimidos e a criança se volta a atividades de socialização, até chegar na fase Genital – momento em que iniciam os interesses nos pares e na atividade sexual, uma vez que o aparelho reprodutor feminino e masculino atingiram a maturidade. Estas etapas são importantes para o desenvolvimento da criança, pois através delas ocorre sua subjetivação e constituição da sua personalidade. Cabe destacar que ao longo das manifestações de cada fase do desenvolvimento cunhado por Freud, há o estabelecimento da relação objetal, que é representado pelos principais cuidadores, geralmente, mãe e pai.

Quando ocorrem interferências nestas etapas, denominadas de fixações, que podem ser por falta ou excesso, há implicações no desenvolvimento, que ao serem incorporadas ao psiquismo do indivíduo, passam a constituir sua personalidade e forma de ser e perceber o mundo.

Ao entrelaçar o desenvolvimento psíquico infantil, amparadas por Freud, com a legislação vigente sobre direito de cuidados e proteção na infância, como ECA (BRASIL, 1990) e Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016), pode-se perceber que o quanto uma infância que possui seus direitos e necessidades garantidos, se desenvolve junto à família e comunidade, com acesso à saúde e educação, condições dignas de habitação e livre de violência tende a se desenvolver de forma satisfatória. A articulação constante entre desenvolvimento interno – psíquico, emocional e físico biológico – e o contexto externo – território, sociedade – compõem o campo da proteção integral do desenvolvimento do indivíduo.

² Complexo de Édipo é um processo psíquico que ocorre quando a criança, por volta dos 3 a 5 anos de idade, demonstra sentimento de amor pelo genitor do sexo oposto e rivaliza com o genitor do mesmo sexo. Com sua dissolução, que ocorre através da castração, há a estruturação de instâncias psíquicas no sujeito, que direciona sua libido para a socialização.

Outro psicanalista que contribuiu acerca da importância dos cuidados iniciais e de fatores externos é Winnicott, através do conceito de ambiente e da importância deste no desenvolvimento infantil.

O psicanalista inglês Winnicott (1960/2011) destaca ao longo de sua obra a importância da função ambiental para o desenvolvimento saudável do bebê. Esta função é realizada pela pessoa que se dedica aos cuidados do bebê, podendo ser a mãe ou cuidador, e refere-se a provisões ambientais como segurar³, manejar⁴ e apresentar objetos, que nada mais são do que ações como tocar no corpo do bebê, segurar, embalar, tranquilizar o bebê, considerar sua sensibilidade cutânea, entre outros. Por se encontrar neste período inicial, que o autor identificou como estágio de dependência absoluta (WINNICOTT, 1963), é importante que a mãe se dedique completamente aos cuidados da criança, propiciando um ambiente “suficientemente bom”, favorável para o seu desenvolvimento.

A função materna, portanto, trata de, inicialmente, oferecer um ambiente seguro e com constância em cuidados suficientemente bons, que vão propiciar o desenvolvimento fisiológico e emocional saudável da criança, e auxiliá-la na integração entre psique e soma. Quando o ambiente falha em propiciar esta segurança, pode produzir na criança sensações de ansiedade e despedaçamento. Um destaque importante que o autor faz a estes aspectos, refere-se à qualidade destes cuidados, que não devem ser realizados mecanicamente, mas sim permeados de empatia do cuidador ao bebê (WINNICOTT, 1960). A qualidade implicada nesta interação propiciará condições favoráveis ao seu desenvolvimento emocional.

Devido sua vasta experiência durante a Segunda Guerra, momento em que trabalhou com crianças separadas de sua família ou que ficavam órfãs e necessitavam de cuidados em orfanatos durante o exercício profissional, Winnicott (1956/2014) identificou sinais e sintomas que nomeou como *Tendência Antissocial* (1956), que não se trata de uma categoria diagnóstica, mas sim, uma forma de expressão de um sofrimento frente a uma privação ocorrida que se estendeu por tempo maior do que capacidade da criança para suportar. Nessa perspectiva, ocorre uma estreita relação entre a tendência antissocial com

³ Conhecido como holding;

⁴ Conhecido como handling.

esperança, no sentido de que quando se possui esperança de reencontrar o que lhe foi retirado, as manifestações da tendência antissocial aparecem no ambiente, através de comportamentos ditos “difíceis”, como mentira, pequenos furtos, etc. O psicanalista refere ainda que quando a criança está inserida em um ambiente suficientemente bom, desenvolve um ambiente interno favorável, possui condições de realizar seu controle, o que não se percebe em crianças que passaram por experiências desfavoráveis iniciais e não conseguiram desenvolver o controle interno, necessitando desta forma, que o ambiente externo auxilie no controle ou viabilize condições de validação da dor e contribua com o desenvolvimento de estratégias distintas para lidar com o mundo interno. (WINNICOTT, 1946).

Toda essa descrição presente na perspectiva teórica de base psicanalítica e que enfatiza os processos de desenvolvimento emocional, contribuem para compreendermos os comportamentos manifestos e as formas de subjetivação de crianças e adolescentes.

Em outros casos, apesar das adversidades que a família atravessa, culminando na dificuldade de exercer sua função protetiva, pode-se verificar que os cuidados iniciais foram preservados, mas conforme a criança se desenvolve e sua proteção requer cuidados mais complexos e amplos, passam a haver as dificuldades e a desproteção.

Neste contexto, a Política Pública da Assistência Social oferece proteção social a indivíduos e às famílias no Brasil, está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social, SUAS (BRASIL, 2005), que consolidou e efetivou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), (BRASIL, 1993). Esta última regula os parâmetros legais e oferece um conjunto de serviços para garantir que o cidadão não fique desamparado quando ocorrer situações inesperadas, nas quais a sua capacidade de acessar direitos sociais fique comprometida. Estas situações podem estar relacionadas à idade da pessoa, quando algum membro da família depende de cuidados especiais, perde o emprego ou não possui renda, quando ocorrem situações de violência, quando não possui moradia, quando os membros da família se distanciam ou não conseguem realizar os cuidados necessários às crianças, adolescentes ou idoso ou ainda quando há algum desastre natural no território. Além disso, articulada à esfera da proteção social está a garantia de direitos, tendo como ponto de interlocução as

legislações vigentes como o ECA, Marco Legal da Primeira Infância e as leis nº13.010/2014 e nº13.431/2017.

Direcionamos nosso enfoque em crianças que necessitam da proteção do Estado através da Medida de Proteção em acolhimento institucional. Crianças que se encontram em pleno desenvolvimento psíquico-emocional e físico-biológico, mas já tiveram de lidar com circunstâncias contrárias ao que estipula a proteção integral. Logo, podemos inferir que, em determinados casos, além de violações de direitos de ordem do social, houveram também dificuldades dos adultos em realizar cuidados iniciais às crianças, gerando consequências em seu desenvolvimento emocional.

À guisa de conclusão, podemos refletir o quanto práticas voltadas à humanização da criança, o atendimento acolhedor e escuta sensível de suas expressões podem propiciar condições favoráveis para o seu desenvolvimento saudável e para a elaboração de vivências com potencial traumático.

Cabe destacar que a escuta a qual tratamos no presente trabalho se propõe a ir além daquela realizada através da escuta especializada (BRASIL, 2017), que possui extrema importância enquanto procedimento de escuta da situação de violência de crianças e adolescentes. A escuta implicada em ouvir o pequeno sujeito pode, e deve, ocorrer nos mais diversos espaços e contextos em que a criança se encontra, pois desta forma, ao ser ouvida, poderá desenvolver recursos internos para se apropriar de sua história, produzir elaborações e dar outros sentidos aos acontecimentos em sua vida. Nesse sentido, nosso objetivo é mapear momentos de escuta realizados no contexto do acolhimento de crianças que foram destituídas do poder familiar.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória e descritiva. O material utilizado provém das reflexões oriundas da experiência da autora no campo de atuação do acolhimento institucional, das discussões de caso em equipe interdisciplinar institucional e junto à rede de atendimento sobre o trabalho com crianças em situação de acolhimento, bem como da escuta de educadores sociais e de crianças acolhidas. A opção pela pesquisa qualitativa ocorre do fato da mesma permitir o estudo de aspectos subjetivos do

comportamento humano, que podem contribuir na compreensão dos fenômenos observados.

O referencial teórico utilizado para conduzir as reflexões e hipóteses é o psicanalítico, em interlocução com a política pública da Assistência Social (SUAS) e as legislações vigentes que regulam a infância, como Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016) e Lei nº 13.431 (BRASIL, 2017).

Além desse arcabouço teórico, também contribuiu para realização deste trabalho as discussões realizadas⁵ com as equipes que atuam no atendimento à criança e ao adolescente constituídas por técnicas do SAI (como psicólogas, assistentes sociais, pedagogas, educadoras sociais). Consideramos que as reuniões com os serviços da rede de proteção como CAPSi⁸, CREAS⁶ e escolas; reuniões com as equipes dos serviços de clínica-escola que oferecem atendimento psicoterápico e arteterapia; reuniões com a equipe multidisciplinar do Juizado da Infância e Juventude -JIJ, nos quais são discutidas a situação de crianças, adolescentes e suas famílias que estavam em situação de vulnerabilidade com vistas a sua proteção e amparo são momentos profícuos de formação e informação. Nesses espaços as discussões teórico-práticas realizadas ao longo do percurso da especialização e em grupos de estudos, bem como elaborações resultantes do estudo sistemático acerca desta temática⁷ contribuem imensamente com a práxis da atuação profissional. Esse conjunto de fontes possibilitou-nos delinear um percurso de caráter investigativo-reflexivo teórico, com objetivo de analisar como se dá a escuta e participação de crianças que passaram por situação de violação de direitos e se encontram sob medida de proteção em Acolhimento Institucional, em uma região do Rio Grande do Sul.

A perspectiva teórica será a interlocução entre duas áreas distintas, mas que tem na escuta de crianças em situações de violência um ponto de intersecção. A psicanálise, com seu aporte teórico, disponibiliza conceitos e noções teóricas consistentes e potentes que permitem sustentar uma compreensão do processo de subjetivação da criança, e como vivências de violência podem ser incorporadas à sua subjetividade.

⁵ Trabalho realizado no período entre 2014 e 2020.

⁶ Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

⁷ Realizados no período de 2014 à 2021.

Através do trabalho de conclusão de curso, em forma de pesquisa de campo vamos apresentar os primeiros resultados de nosso percurso de caráter investigativo-reflexivo teórico visto que melhor se coaduna a apresentação de nossa tessitura acerca desta temática. Para tanto, articulamos uma fundamentação teórica de base psicanalítica centrada no processo de escuta especializada de crianças que se encontram em acolhimento institucional e uma revisão de literatura sobre o efeito da violência durante uma fase crucial do desenvolvimento infantil. A partir do olhar da psicanálise realizamos uma análise da legislação que ordena e organiza o atendimento à criança e em situação de acolhimento institucional; bem como promovemos uma análise sobre a escuta e sua importância ao longo do trabalho de garantia de direitos, além das elaborações desta autora ancoradas no dia-a-dia de uma instituição de acolhimento, e das discussões e elaborações realizações em reuniões internas no local e com a rede de atendimento.

Percorrendo por diferentes conceitos e noções como escuta especializada, criança e adolescente; práticas de cuidado; violação de direitos e Acolhimento institucional, pretendemos circunscrever um lugar crítico no qual o debate com outras leituras possa se estabelecer. Nossos argumentos foram forjados na leitura de textos psicanalíticos freudianos e winnicotinianos, na interlocução com pares e na escuta constante de crianças e adolescentes acolhidos.

Nosso objeto de interesse está relacionado ao processo de escuta da criança em situação de acolhimento institucional e como se dá a subjetivação das vivências neste contexto. Aprofundaremos nossa investigação ao pesquisar a subjetivação diante do processo de destituição do poder familiar. A questão que norteou nosso estudo, base sobre o qual se delineia esta pesquisa é: qual a importância e os efeitos da escuta realizada com crianças que tiveram vivências de violência e se encontram em acolhimento institucional? Acreditamos que a escuta contribui com o processo de preparação da criança para lidar com as decisões acerca de sua vida e as definições da Medida de Proteção em que está vinculada e, também, a elaborar e ressignificar vivências pregressas ao longo do período de acolhimento.

Portanto, diante da questão de pesquisa, do nosso objeto de estudo, temos como objetivo descrever o processo de escuta vivenciado em um grupo de quatro crianças, diante da impossibilidade do retorno à família de origem.

Pretendemos descrever a vivência das crianças diante da destituição do poder familiar, centralizando nos processos de elaboração da situação por meio da interação com a autora deste estudo.

Esse estudo é retrospectivo no qual as informações foram obtidas no período de março de 2021, época em que ocorreu o acolhimento institucional das crianças, a partir da decisão da juíza do JIJ⁸ em relação à suspensão e início do processo de destituição do poder familiar, processo iniciado em novembro de 2021. O grupo de participantes é acompanhado desde a chegada à casa de acolhimento e continuam a receber o apoio e acompanhamento do serviço até o presente momento. Após dois meses, ainda não há uma definição quanto a situação jurídica das crianças, além da suspensão das visitas familiares e os efeitos da decisão judicial em suas vivências.

Nossa intenção é selecionar fragmentos de escuta presente na dimensão relacional que ocorreram em momentos específicos e cotidianos, individuais e coletivos ao longo do dia a dia institucional. Assim, após a assinatura do Termo de Concordância assinado pela coordenadora da casa de acolhimento, iniciamos o processo de resgate das experiências vivenciadas com os participantes selecionados e registradas no diário de campo. O diário de campo consistiu na forma de registro das observações participantes realizadas a partir do contato com o grupo de participantes.

Selecionamos para esse estudo exploratório retrospectivo a escuta atenta de quatro crianças próximas com idades entre 9 meses a 11 anos de idade, os quais se encontram numa casa de acolhimento, localizada na região sul do país. O critério definido para escolha dos participantes foi estar na faixa etária considerada infância, compreendida pelo ECA como entre zero até 12 anos incompletos, estar em situação de sofrimento pelo afastamento familiar e em processo de destituição do poder familiar.

A situação da dimensão relacional e de escuta ocorreu através de atendimentos técnicos de forma individualizada e em grupo, tanto de irmãos quanto com o grupo de acolhidos em momentos previamente organizados para atividades coletivas, e em momentos espontâneos no dia a dia institucional.

⁸ Juizado da Infância e Juventude.

Também serão utilizados recortes de orientações da psicóloga à equipe de educadores sociais que realizam os cuidados dos acolhidos.

Os procedimentos de escolha dos episódios selecionados foram baseados nos critérios de manifestação do sintoma como: mal-estar; comportamento (resistência, isolamento...); emocional; desempenho escolar, expressão oral; expressão motora. Para cada episódio buscaremos esclarecer: a situação, as pessoas e a manifestação da criança buscando realizar a articulação com a teoria para dar sentido e significado às manifestações.

Em relação aos procedimentos de análise dos dados buscaremos realizar leituras e releituras dos episódios descritos, buscando identificar, independente do participante, a frequência da manifestação do sintoma - expressões do mal-estar, do sofrimento. Após estabelecer as categorias de análise, iremos realizar uma articulação teórica, amparados pela psicanálise, para compreender o processo de subjetivação vivenciado pelos participantes.

ANÁLISE DE DADOS

A partir das considerações acerca do desenvolvimento infantil, dos impactos que a violência na primeira infância pode atingir nesta etapa da vida e as repercussões na constituição psíquica, passaremos a sistematizar os dados levantados do grupo de participantes. Os dados foram organizados em quatro categorias amplas, são elas: perfil dos participantes, histórico, processos de escuta e orientações à equipe de educadores sociais.

Os participantes desse estudo retrospectivo são crianças na faixa etária de 10 meses a 11 anos de idade, sendo dois do sexo feminino e dois do sexo masculino. Todos apresentam estrutura física e sensorial sem comprometimentos aparentes. Na parte cognitiva, as três crianças apresentam alterações cognitivas, que interferem na aprendizagem e, conseqüentemente, no desenvolvimento, conforme nos informaram profissionais da escola onde as crianças foram matriculadas após o acolhimento institucional.

Neste estudo, as crianças serão identificadas por números e letras. Assim, teremos 11aF; 9aF; 7aM e 10mM, sendo que as letras representam o sexo: F para feminino e M para masculino e os números expressam a idade de cada um dos participantes. O pai de três é falecido e a genitora usuária de SPA. O bebê de 10 meses foi logo encaminhado para o SAI após receber alta hospitalar,

através de determinação judicial. O pai deste bebê possui interesse em assumir sua guarda, mas como não realizou registro de paternidade, permaneceu em torno de sete meses sem contato com a criança. Entretanto, durante este período, entrou com pedido de reconhecimento de paternidade, já teve duas audiências, na quais a genitora não compareceu e, desde outubro, teve autorização para aproximação com a criança, que tem acontecido através de chamadas de vídeo sistemáticas, devido à distância, cerca de 500 km entre a cidade em que reside, interior do estado, e onde se localiza o SAI.

Todas as crianças vivenciaram maus tratos, abandono, ausência de cuidados básicos em relação à segurança, alimentação e proteção à saúde física e emocional, exposição ao uso de SPA por parte dos familiares, falecimento do genitor e, em decorrência das inúmeras violações de direitos os três mais velhos já estiveram institucionalizados, permaneceram menos de um ano.

Verifica-se nos dados gerais do perfil das crianças que não tiveram sua infância protegida, que as vivências mencionadas acima não estão em concordância com o que estipula o Marco Legal da Primeira infância (BRASIL, 2016), que aponta em suas diretrizes sobre a importância dos cuidados realizados na primeira infância, como a convivência no seio familiar e se desenvolver em ambiente longe da violência.

A experiência empírica demonstra que muitas das violações de direitos pelas quais crianças e adolescentes são vítimas decorrem da violência intrafamiliar, que possui aspectos multifatoriais em sua gênese. Evidenciada através da violência física, psicológica, sexual, doméstica, relações de poder na qual há a dicotomia entre dominação-subordinação entre os integrantes do grupo familiar. Neste contexto, o documento do Ministério da Saúde intitulado “*Violência Intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*” (BRASIL, 2002), alerta para fatores de risco que contribuem para a violência intrafamiliar na dimensão da família como “famílias que se encontram em situação de crise e perdas (separação do casal, desemprego, morte, migração); baixo nível de desenvolvimento da autonomia dos membros; incidência de abuso de drogas; presença de um modelo familiar violento na história de origem das pessoas envolvidas” (p. 24); na dimensão na relação de casal, podem surgir aspectos como “dinâmica agressiva, isolamento e fechamento da relação (dificuldade em lidar com terceiros)” (p.24); na dimensão da criança, fatores como “capacidade

limitada de lidar com situações de estresse (perda fácil do autocontrole)” (p. 25), entre outros, contribuem para a incidência da violência.

Quando estes fatores de risco estão presentes na relação com a criança, há risco de violência. A violência praticada contra criança gera diversos danos e consequências que interferem em seu desenvolvimento físico e emocional, como fraturas múltiplas, contusões, hematomas, retardo pondero-estatural por aporte calórico inadequado, aversão ao contato físico, depressão, apatia, alterações no sono e na alimentação conduta agressiva e irritabilidade, baixa autoestima, entre outras (p. 34). Essas sequelas podem comprometer seu desenvolvimento emocional e, por conseguinte, suas habilidades de socialização, aprendizagem, autocuidado, tolerância a frustração, entre outros comprometimentos.

Passaremos a partir de agora a descrever o percurso que desencadeou a destituição familiar, processo que visa do ponto de vista legal a garantia dos direitos da criança e do adolescente, mas promove mal-estar e sofrimento que demanda cuidados e acompanhamentos especializados.

As crianças foram acolhidas na casa de acolhimento Sol Nascente⁹ em 2021, através de determinação judicial, executada por Oficial de Proteção da Infância e Juventude e por Guardas Municipais. No entanto, com base na análise de documentos, verificamos que a determinação para o acolhimento institucional vigorava a mais tempo, com registros de graves situações de violação de direitos do núcleo familiar como: uso de substâncias psicoativas - SPA por parte da genitora, tias e avós; não realização de acompanhamento pré-natal e uso de SPA durante a gestação do bebê. Havia registro da circulação das crianças pelo bairro desacompanhadas; eram deixadas com vizinhos e outros parentes durante dias seguidos. Uma das crianças ainda não havia sido incluída na escola e as outras, apesar de matriculadas, pouco frequentavam o local de ensino. Outro dado refere-se ao acolhimento das três crianças maiores em outra cidade. A família extensa assumiu provisoriamente a guarda das crianças.

A rede de atendimento (UBS, CRAS, escola e CT) tentou, mas não conseguiu a aproximação e vinculação com a família. De acordo com relatórios, ocorria ausência nos atendimentos agendados, familiares forneciam informações erradas para os profissionais, uso recorrente de SPA por membros

⁹ Nome fictício.

do grupo familiar. Quando a situação da negligência veio à tona, foi identificada a necessidade de incluir as crianças na Medida de Proteção, conforme os artigos 98 e 101 do ECA (BRASIL, 1990).

É comum, que no dia do acolhimento, isto é, entrada das crianças na instituição, elas estejam assustadas. A criança 9aF estava sem calçados, com expressão de assustada e chorava de forma contida, apresentava cabeça baixa e ombros caídos e pouco receptiva às intervenções verbais iniciais; 7aM estava com a cabeça enfaixada, pois havia um furúnculo na região, estava choroso, mas receptivo e 11aF estava mais quieta, não chorava e respondia as perguntas realizadas pela psicóloga que os recebeu no acolhimento. Chamou atenção o comprimento e cor das unhas, compridas e pintadas de rosa pink, e sua roupa, um vestido curto e justo ao corpo. De forma geral, os três estavam sujos, com furúnculos e diversas marcas das feridas pelo corpo, algumas já cicatrizadas.

Enquanto os dois Guardas Municipais acompanhavam as crianças até o portão da instituição, a Oficial de Justiça entregou à psicóloga do local, que recepcionou o grupo, documentos que continha o Mandado de Busca e Apreensão de criança/adolescente com determinação judicial do acolhimento institucional, e informou como ocorreu a busca. Explicou que as crianças tentaram fugir e, como costuma acontecer, quem está na casa resiste para entregar as crianças. Geralmente, não há confronto corporal durante a execução da determinação, mas pode acontecer dos vizinhos soltarem cachorros contra os profissionais ou se mobilizarem em prol da família. Os Guardas se mostraram afetivos ao falar para as crianças que estariam cuidados no local e que durante o cumprimento do mandado de busca não encontraram o calçado da menina de 9 anos e por este motivo ela estava descalça.

A acolhida inicial, ocorrida no portão de entrada da instituição, iniciou com a psicóloga do local explicando que eles estavam assustados e que iriam entrar para conhecer os cuidadores e a casa. Após foi perguntado o nome de cada um, apenas a menina de 9 anos não respondeu, permanecendo de cabeça baixa e chorosa. A criança de 11 anos a conhecia e falou o nome dela. Em seguida, foram conduzidos a entrar na casa, sendo levados com toque no ombro e direcionados para a recepção da casa, local em que foram convidados a sentar no sofá e falar sua idade, onde moravam e o que faziam quando foram abordados. Para amenizar o susto das crianças e “quebrar o gelo” foram

realizadas perguntas relacionadas aos gostos e preferências das crianças, que, com exceção de 9aF, se mostraram mais à vontade e um pouco mais tranquilos, sorriram em alguns momentos. Quando estavam mais à vontade, foi explicado que logo iríamos acionar a família para que mantivessem contato, já que no momento não havia suspensão de visitas. Posteriormente, um dos educadores do plantão se aproximou e se apresentou às crianças, cumprimentando-as com aperto de mão. Ele conduziu as crianças para o interior da casa, para conhecer os outros acolhidos e os espaços.

Todas essas ações foram realizadas visando criar um ambiente que transmita para os recém chegados segurança, confiança, carinho e afeto, já que o rompimento dos vínculos familiares e a chegada ao acolhimento institucional pode gerar diversos sentimentos ao novo acolhido como, medo, tristeza, raiva, alívio, etc. Para auxiliá-los a lidar com estes sentimentos, que devido a ruptura de vínculo com a família pode ser sentida como assustadora (ARPINI, 2003), é importante que a casa seja, de fato, um espaço acolhedor e voltado ao cuidado, sendo imprescindível que a equipe de educadores garanta a proteção.

No mesmo dia, porém no turno da tarde, o bebê recém-nascido foi acolhido, após receber alta social hospitalar, estando com cinco dias de vida. Durante o acompanhamento familiar, soube-se que após o nascimento, o bebê seria entregue a um casal, que esteve no hospital para ter acesso a ele. Esta prática, conhecida como “adoção à brasileira”, não foi efetivada, pois o bebê foi acolhido logo após receber alta hospitalar. Esta situação foi informada à equipe do SAI pelo suposto pai biológico da criança que protestou pela sua guarda através de ação judicial para reconhecimento de paternidade. Ao longo dos meses de acolhimento, foi evidenciado que este menino possui sequelas do uso de SPA da genitora e apresenta problemas respiratórios, como bronquiolite de forma recorrente, já tendo passado por internação hospitalar devidos as complicações respiratórias. Quando contava com dois meses, numa consulta de rotina, o médico suspeitou que o bebê pudesse desenvolver autismo, pois não buscava/acompanhava o olhar das cuidadoras nos momentos de interação, como banho e alimentação. Ao longo dos meses, os sinais preditivos de autismo foram afastados e o bebê tem se desenvolvido de forma esperada para sua idade.

Devido o acolhimento ter ocorrido no período da pandemia do COVID, os encontros presenciais com os familiares estavam mais restritos, havendo manutenção dos contatos por meio de chamadas de vídeo, sendo duas por semana para cada grupo familiar¹⁰. Os participantes desse estudo de caso em tela tiveram seu primeiro contato presencial com a mãe após dois meses de acolhimento institucional, pois até então ocorriam por chamadas de vídeo. No entanto, a genitora não conseguia dar continuidade às visitas, sendo que entre os meses de maio até novembro, houveram somente cinco visitas presenciais, ao invés do esperado que era pelo menos uma visita semanal, podendo ser ampliada conforme disponibilidade da família e avaliação da equipe.

Diante da ausência nas visitas previamente agendadas e no fornecimento de informações que a posteriori se evidenciaram inverídicas, somadas à dificuldade em se vincular ao Caps AD¹¹ e as notificações de uso de SPA¹², o Juizado da Infância e Juventude – JIJ teve entendimento de que se tratava de um acolhimento de longo prazo. Diante do contexto e, após ação do Ministério Público - MP, para ajuizar o processo de destituição do poder familiar, o JIJ aceita a proposição dando sequência aos trâmites que costumam ocorrer nestes casos, como prazo de 10 dias para a requerida, neste caso, para que a genitora ou alguém da família extensa recorra da decisão. Caso contrário, ocorre a suspensão das visitas familiares às crianças acolhidas e se passa a verificar outras formas de garantir a convivência familiar das crianças, sendo uma das possibilidades a colocação em família substituta.

Diante desse quadro, o atendimento no qual as crianças foram informadas sobre a suspensão das visitas ocorreu de forma conjunta entre Assistente Social e Psicóloga do SAI. Para tanto, as crianças foram convidadas a comparecer na sala de atendimento da instituição para conversarem sobre as últimas deliberações da rede de proteção.

A conversa iniciou após os três se acomodarem nas cadeiras disponíveis. Iniciou-se fazendo uma retrospectiva da história deles e seu ingresso no SAI, os acontecimentos junto à família que justificaram o acolhimento, passando pela

¹⁰ Conforme organização da instituição de acolhimento e pelos recursos disponíveis, já que havia apenas um celular no local para ser utilizado nos contatos com as famílias, serviços da rede, entre outros.

¹¹ Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas.

entrada no Lar, os movimentos que a família deveria fazer para conseguir a guarda novamente e o que havia acontecido por parte da família até então. Falou-se sobre as dificuldades da família, principalmente da genitora, da não adesão ao tratamento, permanência do uso de drogas e dificuldade para fazer as visitas no Lar, e da preocupação da juíza quanto a situação deles, e que devido a todos os acontecimentos, a genitora recebeu um prazo de 10 dias para “mostrar” para a juíza que iria mudar, mas que até isso acontecer, a juíza havia decidido que a mãe e o restante da família não iriam visita-los.

O prazo citado às crianças de que a mãe deveria mostrar que iria conseguir mudar seu comportamento e hábitos, nada mais é do que o prazo estabelecido no ECA (art.158) a respeito da ação de destituição do poder familiar, momento em que os réus tem estes dias para recorrer da decisão e apresentar provas em sua defesa.

Durante a narrativa, as crianças apresentaram reações diversas, que passaram da inquietação, alternância entre negação e reconhecimento das situações descritas, extraídas de relatórios recebidos da rede de atendimento, discussão entre eles quanto o que acontecia em casa, acusações sobre quem seria o responsável pelos acontecimentos, proteção da mãe e dos familiares. Além disso, eles passaram a alternar entre os lugares onde estavam sentados, desviavam o assunto, chamando atenção para os brinquedos disponíveis ou buscando falar sobre outros temas. Algumas brincadeiras ou manejos com brinquedos passaram a ter cunho mais agressivo, e as falas, carregadas de agressividade. Após mais alguns questionamentos sobre as visitas e sobre o futuro, como o que aconteceria com eles se a mãe não conseguisse mudar no prazo que a juíza estipulou, eles pediram para encerrar o atendimento e retornar ao pátio, onde estava o grupo de acolhidos.

Nos primeiros dias, as crianças solicitavam aos profissionais pelas visitas da mãe, e por notícias dela. Esses questionamentos passaram a intensificar e ocorrer diariamente, sempre que visualizavam as técnicas do Serviço Social e Psicologia, vinham em direção questionavam sobre sua mãe e as visitas. Passou a ser percebido e relatado pela equipe de educadores acerca do comportamento das crianças, expressões de sofrimento pela nova situação.

A partir dos dados resgatados, é possível evidenciar que a infância das crianças em tela tem sido permeada de adversidades que colocam em risco sua

proteção integral. Os apontamentos sobre a genitora não permanecer em casa, diversas faltas na escola, as crianças estarem sob cuidados de diferentes pessoas, exposição das crianças ao uso de SPA por parte da mãe e familiares, tentativa de adoção ilegal do bebê nos dão pistas de que houveram importantes falhas no ambiente. Podemos inferir que o meio familiar não conseguiu oferecer um ambiente “suficientemente bom”, seguro e favorável ao desenvolvimento saudável na primeira infância.

Os autores Souza, Kyrillos Neto e Calzavara (2021, p.92) apontam em seus achados que *“crianças e adolescentes ao ingressarem no SAI trazem consigo a inscrição, no corpo e no psiquismo, do desamparo, da negligência e das mais variadas formas de violência que sofreram”*. O ingresso das crianças no serviço de acolhimento confirma essa afirmativa, quando as três crianças apresentam marcas e ferimentos pelo corpo, sendo que o menino estava com uma faixa na cabeça para encobrir um furúnculo, evidenciando que os ferimentos não eram recentes.

Além dos prejuízos à integridade física, no aspecto emocional, quando o ambiente não oferece constância nos cuidados e é permeado por falhas e privações, podem se apresentar diferentes quadros de psicopatologias na criança, dentre elas, o falso-self. Este termo, cunhado por Winnicott (1960) refere-se a uma etapa precoce do desenvolvimento na qual o bebê não recebe de sua mãe o reflexo daquilo que representa a ela, havendo uma descontinuidade do seu ser. Assim, o falso-self surge como uma forma de proteção do verdadeiro self, processo em que o bebê realiza sua própria maternagem, já que não recebeu da mãe.

Podemos observar expressões do falso-self em crianças que, ao terem passado por ambientes inseguros, permeados por abandonos e separações precoces, desenvolvem angústias e preocupações acentuadas em serem aceitas no ambiente.

Aliado aos aspectos emocionais, a literatura aponta que o ingresso na instituição pode gerar diversos sentimentos ao novo acolhido como, medo, tristeza, raiva, alívio, etc. Para auxiliá-los a lidar com estes sentimentos, que devido a ruptura de vínculo com a família pode ser sentida como assustadora (ARPINI, 2003), é importante que a casa seja, de fato, um espaço acolhedor e

voltado ao cuidado, sendo imprescindível que a equipe de educadores garanta a proteção.

Percebemos que as crianças, ao ingressarem na casa de acolhimento expressavam sentimentos de medo e tristeza, desencadeados pela forma em que foram retiradas de sua residência, através de guardas municipais e oficiais de justiça da infância e juventude. Embora se suponha que os profissionais já tenham experiência na execução destas abordagens, as crianças costumam viver este momento de forma traumática, pois eles, os Oficiais e Guardas, são representantes da lei que precisam cumprir uma determinação judicial. Independente das alegações da família, não há negociação: as crianças precisam ser levadas. Nestes momentos, não há tempo para levar roupas, organizar os pertences ou mesmo fazer despedidas. Momentos de alta tensão como estes podem gerar fantasias de perda e rompimento e potencializar os sentimentos já referidos acima.

Ao longo do período de adaptação à nova moradia as crianças esperavam ansiosamente pela visita da mãe ou de algum membro da família extensa. As crianças parecem sempre nutrir a esperança de que alguém, no caso a mãe, viesse e os levasse de volta para casa, algo de que devido suas fragilidades não aconteceu.

A presença da esperança, a ausência da figura materna provocou diversos sentimentos, potencializando a carência afetiva dos acolhidos, que sempre questionam pelas visitas da família. Nos momentos de intervenção técnica com as crianças, já se introduzia o contato com a realidade da situação familiar através de indicações sobre a condição desfavorável da família, que eram obtidas por informações da rede de atendimento e pela ausência das pessoas do universo familiar nas visitas, o que configura abandono de sua parte. A reação das crianças frente as intervenções, negação das informações e/ou justificativa acerca dos acontecimentos, são esperadas da parte delas, como uma tentativa de proteger o núcleo e manter a imagem idealizada da família.

Os profissionais do Serviço Social e Psicologia precisam introduzir a decisão da justiça em relação à destituição familiar, bem como a restrição em relação às visitas. Faz parte da atividade profissional assumir esse papel, bem como ajudar as crianças a criarem recursos próprios para lidar com as demandas internas.

A execução dessa tarefa necessária ocorreu de forma gradativa durante os atendimentos individuais e coletivos com os envolvidos na situação. O atendimento era realizado em sala própria, utilizado pela equipe técnica para receber os acolhidos, familiares e reuniões com serviços da rede de atendimento. O espaço é mobiliado com cadeiras e brinquedos diversos, proporcionando ambiente acolhedor para realização de atendimentos ao público infantojuvenil. A sala também conta com material gráfico, livros de apoio para trabalhar de forma lúdica diversos assuntos relacionados à infância, casinha terapêutica, jogos de quebra-cabeça, entre outros.

O uso de materiais lúdicos é um importante recurso no trabalho com crianças pois, de acordo com Winnicott (1971/1975, p.74-75) “*o brincar é por si mesmo uma terapia*” e quando realizado de forma espontânea possui conotação de uma *experiência criativa*”. Assim, através dos recursos do brincar, a criança pode se expressar de forma criativa e comunicar aspectos subjetivos e inconscientes de conteúdos significativos. Esses conteúdos podem auxiliar na elaboração de vivências, tendo o equivalente de uma forma de comunicação e é importante que o profissional que utiliza este recurso esteja disponível no momento da brincadeira, sem necessariamente intervir nela, mas numa posição de escuta daquilo que é comunicado.

Os atendimentos realizados pela equipe técnica são previamente planejados e combinados, sendo que é avaliado quando ocorrerá em dupla e quando será conduzido por apenas uma técnica. Nesta instituição a combinação entre as profissionais é de que temas relacionados às informações sobre a situação processual e decisões importantes, como o processo de destituição do poder familiar, são realizados pela dupla de técnicas, devido sua complexidade. Nestes casos, se busca realizar o atendimento no início da semana, para acompanhar a reação e elaboração das informações ao longo dos dias seguintes. O tempo estipulado para o atendimento é livre, ou seja, varia a cada caso e desenvolvimento do tema abordado. Busca-se encerrar o atendimento quando a criança solicita ou quando esta sanou suas dúvidas. Finalizado o atendimento, as técnicas buscam compartilhar as informações mais relevantes com os educadores, seguidas de orientações para que eles observem possíveis reações da criança e que, quando forem conversar já tenham conhecimento do tema implicado.

No caso em tela, notou-se que quando passou a ser falado sobre a suspensão das visitas, os acolhidos passaram a ter reações variadas:

11aF. fez questionamentos sobre o motivo da conversa e o que vai acontecer com eles no futuro e permaneceu mais quieta ao longo do atendimento, conforme era explicado sobre os motivos das decisões. Quando não concordava com algo que era falado, logo colocava seu ponto de vista, explicando para as técnicas o que de fato havia ocorrido. Seu silêncio durante o atendimento parecia transmitir uma certa conformação sobre a situação da família e tristeza pela realidade apresentada que, embora ela também a soubesse, estivesse difícil de escutar.

9aF. Fez muitos questionamentos sobre o porquê não poderia mais ver a mãe, solicitava que realizássemos uma visita na casa da genitora ou que pedíssemos para ela não usar mais drogas. Algumas informações ela negava, de forma enfática, ou justificava as ausências da mãe por falta de dinheiro, depois passou a direcionar sua atenção aos brinquedos disponíveis na sala de atendimento individual e coletivo destinada a dupla psicóloga e assistente social. Passou a deitar nas almofadas disponíveis, perguntava sobre outros assuntos, como os brinquedos que tinha na sala, se havia passado de ano na escola, quando seria o Natal, entre outros. Às vezes, buscava criar justificativas para a ausência da mãe, embora reconhecesse o uso de SPA.

7aM. se interessou pelos brinquedos da sala, não aceitava algumas informações transmitidas sobre a organização familiar e justificava as ausências da mãe, argumentando que ela não tinha dinheiro para passagem ou aplicativo de viagens, que estava buscando comprar outra casa, entre outros, mas sempre solicitando apoio de outros acolhidos na elaboração das justificativas. Conforme estes argumentos eram esclarecidos com as informações verídicas, ele passou a brincar de forma mais agressiva com os brinquedos, batendo neles e fazendo movimentos bruscos, e mais adiante pediu para encerrar o atendimento com as técnicas.

10mM. A transmissão da notícia ao bebê foi realizada durante o dia, em momento diferente daquele ocorrido com o restante das crianças. O diálogo ocorreu de forma lúdica, M. estava no berçário, espaço que costuma permanecer, brincando num tapete com os brinquedos que demonstra interesse e com as educadoras que realizam seu cuidado diário. A profissional que conduziu a conversa o fez com modulação e entonação de voz afetiva específica para conversar com bebê, conhecida como “manhês¹³”, afim de estabelecer uma aproximação tranquila e afetiva para a transmissão. As profissionais que realizam os cuidados foram orientadas a se manter próximas da criança e seguir no estabelecimento de interações afetivas.

Quando ocorreu a determinação judicial da abertura do processo de destituição do poder familiar, após sete meses de acolhimento, passou-se a aprofundar as informações com as crianças e informá-las sobre os acontecimentos e decisões. Após o início destas intervenções, percebeu-se a intensificação do sofrimento pela situação apresentada e o impacto da frustração ante a impossibilidade do retorno à família de origem, que apareceram através de expressões variadas.

No quadro abaixo, segue uma sistematização sobre as expressões utilizadas pelas crianças no cotidiano institucional, após o início dos atendimentos voltados à comunicação da situação familiar e início do processo de destituição do poder familiar e abaixo, as manifestações pormenorizadas.

Quadro 1. Formas de comunicação da criança e abordagem

Criança	Expressão da criança	Características da abordagem
11aF.	Reclamações, tristeza; mudanças na vestimenta (usa cores escuras); oposição em determinados momentos.	Escuta sensível e acolhedora; contato afetivo.
09aF	Tristeza, irritação, autodepreciação; conflitos com	Escuta sensível e acolhedora; contato afetivo;

¹³ O manhês é uma forma de comunicação particular entre cuidadora e bebê, caracterizada pelo investimento afetivo daquele que se direciona à criança, podendo ser percebido em sua forma de se comunicar, através da modulação da entonação da sua voz, ritmo mais lento, tom mais agudo e musical. Geralmente, a pessoa que o utiliza o faz em primeira pessoa, como se fosse o bebê.

	pares; dificuldades de aprendizagem.	material gráfico para livre expressão.
07aM	Sonhos, tristeza, dificuldades de aprendizagem e organização com material escolar.	Escuta sensível e acolhedora; contato afetivo; material gráfico para livre expressão.
10mM	Desvio do olhar (1º e 2º mês de vida); problemas respiratórios (bronquiolite)	Interação nos mais variados momentos; estimulação.

Fonte: Caderno de campo da autora.

11aF – antes da suspensão de visitas acontecer, viu o perfil da mãe no facebook através do celular de uma educadora e quando viu uma foto da mãe com namorado, fez xingamentos a ela. Durante uma atividade de arteterapia, estava brava e escreveu numa folha que queria morrer. Inicialmente estava resistente em ir no atendimento psicoterápico, mas após umas quatro sessões, passou a não reclamar mais. Num atendimento individual, ocorrido antes da suspensão das visitas, ela manifestou uma vontade de ser adotada.

07aM – Logo após o acolhimento, o menino relatava aos educadores sociais sobre andar pelo bairro e estar próximo das biqueiras¹⁴ e ver as substâncias que eram comercializadas no local. Após a suspensão de visitas tem sonhado com a mãe. Num dos sonhos, relatado em atendimento, ele conta que estava correndo perigo, tinha um tubarão atrás dele, mas foi salvo quando a mãe apareceu vestida de anjo e o salvou. Tem solicitado uma foto da família, pois a que tinha manchou quando caíram suas lágrimas. Frequentemente o menino solicita fotos da família para manter em seu quarto.

09aF– Desde a suspensão de visitas tem reclamado de tudo, pergunta pela mãe diariamente, e, de forma recorrente, diz que vai “incomodar como J¹⁵.” Em atendimento, escreveu uma carta endereçada à mãe, pedindo para ela parar de usar drogas e pensar nela e para ela pegar sua guarda, pois está com saudade. Ao final da carta fez um desenho da família, incluindo o pai, já falecido.

¹⁴ Gíria urbana usada para denominar local de venda de SPA.

¹⁵ Outro menino acolhido.

10mM– Aos 2 meses o pediatra suspeitou que o bebê estava desenvolvendo autismo, pois não costumava olhar nos momentos de interação. Ao longo do ano foi possível perceber fragilidades em sua saúde, pois teve diversas crises respiratórias. O suposto genitor relatou num atendimento que um ex-namorado da genitora tinha intenção de matar o bebê por não ser seu filho.

Através das expressões de cada criança, podem-se fazer as seguintes considerações:

Em relação à 11aF, pode-se inferir que suas expressões, tanto através das vestimentas quanto sua postura mais fechada e opositora se manifesta como uma forma de proteção ao desconhecido e futuro incerto, que é sua condição de acolhida no local de proteção. Soma-se a isto, sua entrada precoce na adolescência, onde já demonstra interesse em usar roupas típicas de adolescente e estar mais próxima dos acolhidos maiores, vontade de namorar e resistência em aprofundar sobre acontecimentos anteriores à aplicação da medida de proteção. Podemos relacionar estas expressões a uma forma de falso-self, que se apresenta através de uma postura aparentemente madura e precoce, mas que esconde intensos sentimentos de angústia, pelas falhas ambientais e desproteção já vividas ao longo da infância e receio pelo futuro.

Quanto a 09aF, suas expressões revelam o quanto as falhas ambientais contribuíram para o desenvolvimento de uma criança insegura, que se apresenta através das relações que estabelece e na aprendizagem, manifesta dificuldade em se perceber com potencialidades. Quando faz referência a querer incomodar, podemos relacionar essa expressão com a tendência antissocial, que Winnicott (1956/2014) aborda ao falar de crianças que passam por privações num tempo maior que sua capacidade emocional para suportar. Dentre os participantes, esta menina é quem mais externaliza sofrimento em lidar com a situação apresentada, necessitando falar sobre o assunto diariamente, busca se utilizar dos recursos emocionais para lidar com as adversidades, apresentando indicativos de depressão.

Quanto à 07aM, os dados levantados revelam que o menino tem se utilizado de recursos internos, como a ilusão, para lidar com o afastamento da família e impossibilidade de reaproximação, que aparecem através dos sonhos, desenhos da família e solicitações de fotos para manter consigo. Este menino consegue expressar seus sentimentos de forma clara, desloca para os brinquedos sua frustração frente a realidade.

Quanto a 10mM, este bebê apresentou sequelas biológicas do uso de SPA da genitora, expressa através do quadro respiratório que demanda cuidado, devido as crises frequentes de bronquiolite, que geraram até uma internação hospitalar. A precoce institucionalização também acarretou momentos que demandaram atenção, devido risco de autismo, apontado pelo médico pediatra numa consulta de rotina. O reforço na atenção das educadoras sociais que realizam seus cuidados diários que, para além dos afazeres básicos incluem constantes momentos de interação afetiva, tem contribuído para que este bebê se desenvolva de forma saudável.

Frente as diversas manifestações de sofrimento das crianças, é importante que os profissionais que lidam com crianças nestas condições possam oportunizar momentos de expressão das angústias, como forma de acolher e auxiliar a criança a simbolizar o sofrimento e ressignificar sua história. Ao considerar o viés psicanalítico, que trabalha com a significação das vivências *a posteriori*, compreende-se sobre a importância de se trabalhar com a criança sobre sua situação, mantendo-a informada desde seu ingresso na casa de acolhimento e contando com sua participação na tomada das decisões acerca de sua vida.

Nesse sentido, é importante que as equipes ofereçam cuidados que incluam os aspectos emocionais do pequeno acolhido. Carvalho *et al.* (2015) apontam sobre a importância do cuidado realizado nas instituições de acolhimento. É importante que a equipe de profissionais, principalmente os educadores sociais, tenham preocupações para além do cuidado básico, destacando a importância da formação do vínculo afetivo que incite o desejo do acolhido crescer e ter objetivos de vida, desvinculando-se do viés educativo-disciplinar.

No ambiente institucional, o vínculo se torna uma importante ferramenta, pois uma vez que seu trabalho ocorre de forma atrelada ao vínculo, pode-se dizer que este é o que viabiliza seu trabalho, demandando sua prática diária para que se estabeleça. Girotto e Amador (2018) apontam que as particularidades entre os acolhidos fazem com que educadores tenham de lançar mão de inúmeras estratégias para que a vinculação ocorra, havendo, assim, uma pluralidade de vínculos, como entre os acolhidos, acolhidos e educadores e entre educadores.

Considerações finais

Todo o processo vivenciado pelas crianças revela as angústias e sofrimento frente à incerteza quanto ao futuro, somadas às vivências progressas e ao longo da institucionalização. Desta forma, o trabalho realizado no cotidiano institucional, que visa ao acolhimento das diversas expressões e ressignificação de experiências traumáticas pode promover um ambiente favorável para o desenvolvimento do acolhido.

O olhar dos profissionais voltado à escuta da singularidade da criança se constitui num importante recurso do espaço de acolhimento. Entretanto, Souza *et. al.* (2021) alertam para o cuidado que se deve tomar quanto as manifestações da singularidade dos acolhidos, uma vez que estes podem “gerar um incômodo na instituição e ameaçar a homogeneidade e as normas que visam ao controle dos sujeitos que ali se encontram” (SOUZA, KIRYLLOS NETO e CALZAVARA, 2021, p. 94).

Quando as práticas de cuidado são voltadas à escuta da singularidade da criança, se efetivam cuidados que Winnicott considerou essenciais na primeira infância, que denominou como *holding e handling*. No dia a dia de uma casa de acolhimento, o *holding e handling* aparecem intervenções pautadas em resgatar esses cuidados iniciais, que aparecem através do toque carinhoso, postura acolhedora, auxílio ao lidar com sentimentos que se apresentam de forma intensa, consideração da individualidade de cada acolhido, entre outras, podem contribuir numa passagem menos traumática no serviço de acolhimento institucional. Estas práticas se mostram em concordância com o que estipulam

as legislações vigentes que regulam sobre a infância brasileira e colocam a criança como sujeito de direitos.

Por fim, cabe destacar que a destituição do poder familiar rompe de forma jurídica o vínculo com a família de origem, mas não necessariamente o vínculo emocional com a família biológica se desfaz, sendo necessário então o trabalho junto à criança para lidar com o luto pelo rompimento do vínculo e com a preparação para o futuro. O tempo cronológico, tempo jurídico e o tempo psíquico da criança nem sempre caminham juntos e esse aspecto deve ser levado em consideração, principalmente se a destituição do poder familiar culmina em possibilidade de vinculação com uma família substituta.

O tema abordado nesse estudo é delicado e exige que nos debruçemos mais acerca do processo de destituição familiar e o impacto desse processo na constituição subjetiva das crianças, bem como os efeitos posteriores em seu desenvolvimento. Acreditamos ser necessário também o apoio e acompanhamento dos próprios profissionais que atuam na área, no sentido de fortalecer estratégias de resiliência frente ao sofrimento do outro.

Referências

ARPINI, D. M. *Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. Psicologia: ciência e profissão*, v. 23, n.1, p.70-75, 2003.

BERNARDI, D. C. F. ***Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento.*** São Paulo: Associação Fazendo História: NECA, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos de Assistência Social - NOB-RH/SUAS.* Resolução nº269, de 13 de dezembro de 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Linha de cuidado para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência: Orientação para Gestores e Profissionais da Saúde.* Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência Intrafamiliar: orientações para prática em serviço.* Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente (CONANDA); Conselho Nacional De Assistência Social (CNAS).

Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, 2009.

CARVALHO, C. F.; RAZERA, J.; HAACK, K. R.; FALCKE, D. *Acolhimento institucional: considerações sobre a forma como o cuidado subjetivo se apresenta no cotidiano de trabalho dos educadores sociais.* Aletheia, v.47, n.48, p.51-63, maio/dez, 2015.

CERQUEIRA, C. e RIZZINI, I. *Espaços de escuta e participação no contexto de acolhimento institucional.* 1ª ed. – Rio de Janeiro: CIESPI, 2020.40p.il. 20cm.

ELAGE, B; GOÉS, M; FIKS, M. e GENTILE, R. *Perspectivas: formação de profissionais em serviços de acolhimento.* 1 ed. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (1990). Diário Oficial da União. Lei nº8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Palácio do Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 30 de maio de 2021.

FREUD, S. *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade, Análise Fragmentária de uma Histeria (O caso Dora) e outros textos (1901-1905).* Obras completas, vol. 6. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GIROTTTO, W. M. e AMADOR, F. S. *Cartografando a atividade do educador de um abrigo institucional.* Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del Rei, vol.13 no.1, p. 1-17, abril, 2018.

PENNA, L. H. G., CARINHANHA, J. I., e LEITE, L. C. (2009). *A prática educativa de profissionais cuidadores em abrigos: enfrentando a violência vivida por mulheres adolescentes.* Revista Latino-Americana De Enfermagem, 17(6), 981-987.

SOUZA, F.M.S; KIRYLLOS NETO, F; CALZAVARA, M.G.P. (2021). *Pressupostos para a escuta psicanalítica em instituição de acolhimento de crianças e adolescentes.* Revista da SPAGESP, 22(1), 83-97.

WINNICOTT, D. W. *O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê.* In: A família e o desenvolvimento individual. São Paulo: Martins Fontes, 2013. p.21-28.

_____ *O Brincar e a realidade (1971).* Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____ *Distorção do ego em termos de verdadeiro e falso self (1960).* In: O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983. p.128-139.

_____ *Teoria do relacionamento paterno-infantil (1960).* In: O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983. p.38-54.

_____ *Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo (1963)*. In: O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983. p.38-54.

_____ *Alguns aspectos psicológicos da delinquência juvenil. (1946)*. In: Privação e Delinquência. 5ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2014. p.127-134.

_____ *A tendência anti-social (1956)*. In: Privação e Delinquência. 5ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2014. p.135-147.

ZAVARONI, D. M. L., VIANA, T. C. e CELES, L. A. M. *A constituição do infantil na obra de Freud*. Estudos de Psicologia, 12 (1), 65-70, 2007.

APÊNDICE

TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS (TCUD)

Nós, pesquisadores abaixo relacionados envolvidos no projeto de pesquisa “Destituição do Poder Familiar e o processo de subjetivação da criança”, assinaremos esse TCUD para a salvaguarda dos direitos dos participantes de pesquisa devido à impossibilidade de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de todos os participantes do estudo.

As informações necessárias ao estudo estão contidas em prontuários individuais e familiar, nos arquivos da Casa de Acolhimento João Bosco, e se referem a relatórios realizados pela rede de atendimento do município, decisões judiciais, informações de atendimentos junto à família e com as crianças no período de 01 /12 /2021 a 30 /01 /2022.

Nos comprometemos em manter a confidencialidade sobre os dados coletados, como estabelecido na Resolução CNS 466/2012 e suas complementares, e ao publicar os resultados da pesquisa, manteremos o anonimato das pessoas cujos dados foram pesquisados.

Nos comprometemos a codificar os dados de identificação do participante ao coletar os dados para nosso instrumento de coleta de dados, para aumentar a confidencialidade e assegurar o anonimato do participante.

Declaramos, ainda, estar cientes de que é nossa responsabilidade a integridade das informações e a privacidade dos participantes da pesquisa. Também nos comprometemos que os dados coletados não serão repassados a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa abaixo relacionada.

Estamos cientes do direito do participante da pesquisa a solicitar indenização por dano causado pela pesquisa (por exemplo a perda do anonimato) nos termos da Resolução CNS nº. 466, de 2012, itens IV.3 e V.7; e Código Civil, Lei 10.406, de 2002, artigos 927 a 954, Capítulos I, "Da Obrigação de Indenizar", e II, "Da Indenização", Título IX, "Da Responsabilidade Civil").

Nos comprometemos, ainda, com a guarda, cuidado e utilização das informações apenas para cumprimento dos objetivos previstos na pesquisa citada acima aqui, e que

somente serão coletados após a sua aprovação do protocolo de pesquisa no Sistema CEP/CONEP.

Novo Hamburgo, ____/____/____.

Pesquisador (nome completo sem abreviação)	CPF	Assinatura
Bruna Rafaela Rodrigues Martins	013.430.870-07	

AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que cederemos aos pesquisadores apresentados neste termo, o acesso aos dados solicitado para serem utilizados nesta pesquisa.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se a mesma a utilizar os dados dos participantes da pesquisa, exclusivamente para fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, credenciados ao sistema CEP/CONEP.

Novo Hamburgo, ____/____/____.

assinatura do responsável pela anuência da Instituição



TERMO DE CONCORDÂNCIA DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Instituição Coparticipante: Casa de Acolhimento João Bosco

Declaro ter lido e concordado com a realização da pesquisa intitulada: “Destituição do Poder Familiar e o processo de subjetivação da criança”, uma vez que os pesquisadores se conhecem e cumpriram as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do projeto de pesquisa, sob responsabilidade de Dra. Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento e Bruna Rafaela Rodrigues Martins e do compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo do responsável institucional